

A obrigação de ir à escola ou o direito à ignorância? (Ou uma reflexão sobre o direito de estudar em paz)

RAYMUNDO DE LIMA *

O filme “Meu mestre, minha vida”, muito assistido na TV na década de 1990, mostra o diretor Joe Clark (Morgan Freeman) reassumindo a direção da escola, com vinte anos de decadência, visíveis no baixo índice de aprendizagem dos alunos, nas pichações das paredes, e no acovardamento dos professores diante dos alunos delinquentes.

Seu primeiro ato como diretor foi expulsar os alunos-vendedores de drogas, também os estupradores, ladrões, vândalos etc. A história se passa em 1989, uma época ainda não dominada pela onda politicamente correta nos Estados Unidos.

Joe Clark justificava a expulsão dos alunos como “emergencial” e necessária dentro de um regime democrático, ou seja, para salvar os mil alunos “bons” era preciso expulsar cem “ruins”. A sabedoria popular recomenda separar as laranjas podres das laranjas sadias. Mas Joe Clark é um reconhecido como bom gestor de escola pública escola, justamente porque é ousado, corajoso, não se rende ao jogo político e nem se dobra a vitimização dos alunos pobres e negros. Sua prioridade “emergencial” é

para com o resgate da dignidade da escola pública e o reconhecimento aos alunos interessados em estudar. Se Joe Clark fosse branco certamente seria taxado de fascista e racista pelo seu ato. Seu discurso faz lembrar o discurso de Hanna Arendt: ele não ama um só povo, mas sim respeita a todos os que se esforçam para superar suas dificuldades.

Ora, se a função da escola é ensinar conhecimentos sistemáticos aos

alunos, que fazer com alunos que revelam não ter vocação nem interesse para aprender? Por que a escola “democrática” atualmente deixa que os alunos desinteressados e bagunceiros boicotem os alunos interessados saber? Qual dispositivo educacional, moral-ético ou legal tem a escola para impedir este tipo de *bullying*? Cabe ainda perguntar: quais as garantias dos alunos para estudar em paz em sala de aula?

Porque ensinar e aprender exige certo silêncio, certa disciplina em sala de aula, também confiança e respeito ao docente. Como observa Claudio Moura e Castro¹ (2014): basta consultar os

¹ Provavelmente alguns leitores que odeiam o articulista da revista Veja irão interromper a leitura deste ensaio. Não me importo. A quem



indicadores nacionais e internacionais para comparar os países em que a escola obtém ótimos resultados de aprendizagem as regras são claras contra a indisciplina em sala de aula. Basta verificar os primeiros lugares no PISA/ 2013: China [Xangai], Cingapura, Coréia do Sul, Taiwan, Japão, Finlândia, Vietnã. Acrescento: os alunos chineses são obrigados a fazer serviço militar desde crianças, para adquirir senso disciplinar, respeito às regras e convivência, respeito aos mais velhos e sentido de equipe para desempenhar algumas tarefas.

No Brasil o bom resultado de aprendizagem também está em relação direta com a disciplina dos alunos. Podemos reconhecer os resultados das provas do ENEM, as dez melhores escolas do Brasil os alunos são mantidos com disciplina para estudo. Os Colégios Militares e os Colégios de Aplicação (estes situados dentro das universidades públicas) não admitem bagunça em sala de aula, também observa Castro (op.cit.). Alguns cursinhos pré-vestibulares particulares convocam os pais para assinarem um contrato nesse sentido, isto é, aluno indisciplinado ou bagunceiro é convidado a se retirar da sala ou até do curso. A pressão parte dos próprios colegas que querem estudar.

interessar, devo esclarecer que nem sempre concordo com os escritos e declarações de Claudio Moura e Castro, mas este artigo-ensaio que trata da “bagunça tóxica” instiga-nos a pensar na relação entre bagunça e resultados de aprendizagem. Também entendo que a esquerda do Brasil não pode virar as costas para a disciplina que existe na escola de Cuba. Como mencionei a China, cuja disciplina na escola e na universidade é de inspiração militar, em todos os países socialistas a disciplina é fundamental tanto para aprender os conteúdos como para ganhar medalhas nas olimpíadas.

A indisciplina é a tendência natural das crianças e adolescentes. É normal ser indisciplinado, mas existe um limite convencionalizado pela sociedade e suas instituições. A família e a escola fornecem este limite e uso da energia “indisciplinar” para se constituir em “disciplina” – metodologia e estilo – tanto para poder conviver civilizadamente em sociedade como para poder realizar algo por meio de uma atividade intelectual ou artística.

Só a educação pode moldar o comportamento das crianças e orientar o estilo de cada um. Adquirir um método de estudo ou forjar um estilo pessoal faz a diferença tanto no ato de estudar como no de existir. Em todas as épocas e em todas as culturas os pais esperam que os filhos lhes obedçam. Para além do preceito bíblico “honrar pai e mãe” e “obedecer aos mais velhos”, nada têm de autoritarismo, mas sim é um sentido para a civilidade.

Os professores também esperam que os alunos sigam as regras convencionadas para funcionar a escola. Acontece que o excesso de indisciplina vem sabotando o trabalho docente e a própria aprendizagem dos demais alunos. Por isso Aquino (1996), reconhece a indisciplina como a inimiga número um dos professores escolares. A indisciplina quando vira bagunça parece autorizar os alunos a cometer ato infracional ou violência contra a escola, contra os professores, contra os próprios colegas. Vale observar que existe gente cuja missão política justifica a indisciplina, e facilmente joga toda a culpa na escola como autoritária, defasada, chata. Já vi esta gente não tolerar indisciplina na sua aula.



Mas se a indisciplina for sinalizada no ato, vamos ver se o aluno demonstra “vergonha” ou “culpa”. Para Yves de La Taylle (1996, p.14), o primeiro sinal da vergonha vem pelo olhar do Outro, indicando seu erro. Mas se desde pequeno o olhar do outro [adulto] é ignorado, ou rebatido com orgulho e recusa da criança, aumenta a probabilidade de ela recusar sentir vergonha ou culpa, condição necessária para formar um sujeito civilizado. Conforme Elias (1994), civilizar é um processo que demanda correções, tempo, tomada de consciência, assimilar bons modos², hábitos de higiene, etc.

² Segundo Oliveira e Mendes, 2007 apud OLIVEIRA, 2012: “Uma das primeiras práticas docentes realizadas na modernidade foi efetuada por Erasmo de Roterdã (1469-1536), especialmente nas duas obras destinadas à educação do filho de um príncipe. Trata-se de *De Pueris* e *Civilidade Pueril*, nas quais procuram ensinar como a criança deve se comportar no convívio social. Essas duas obras, ou manuais, tinham como objetivo mostrar que o comportamento social necessita de polidez, etiqueta e requinte. Outra obra importante desse período é o manual de Giovanni Della Casa (1503-1556), *Galateo*. Nela, o autor insiste na necessidade de se ter “bons modos” à mesa, nos salões; enfim, deve-se aprender a conviver

Paixão pela ignorância

A professora Leny Mrech (1999), da Faculdade de Educação da USP, no livro *Psicanálise e educação*, identifica uma “paixão pela ignorância” [sic] que também atinge alunos e professores. São sujeitos que “não só eles não querem saber, como acabam tendo raiva daqueles que querem saber”. Do lado dos alunos, encontramos aqueles que revelam aversão à escola e para aprender os conteúdos de aprendizagem. Do lado docente, são atitudes que expressam um nível mínimo de energia libidinal para desenvolver seu nível cultural, de modo que “o sujeito é levado ao ponto mais baixo do saber, e até mesmo o ‘horror ao saber’ [sic]” (MRECH, op.cit., p. 90-93).

socialmente. Esses dois autores expressam uma nova exigência histórica, a de que os homens tinham que aprender a se comportar dentro de novas condições sociais. Com efeito, o mundo feudal findara-se e com ele a forma social de comportamento que o expressava. A educação estava voltada, assim, para preparar o indivíduo para a nova sociedade que estava sendo produzida” (OLIVEIRA e MENDES, 2007, p. 328).

Usando a linguagem lacaniana, a autora analisa que esta posição de “horror ao saber” faz instaurar no sujeito uma auto-suficiência e um gozo da ignorância. Para Lacan, a ignorância é uma paixão. “...não é para mim uma menos valia, tampouco é um déficit. É outra coisa, a ignorância está ligada ao saber” (Lacan, apud MRECH, op.cit., p. 89), ou, segundo a autora: “a ignorância é um saber que não quer saber. Um saber que quer permanecer sem saber. A ignorância desempenha uma função:

fazer com que o sujeito se mantenha em um saber mínimo” (p. 89). Este saber mínimo o sujeito sustenta com orgulho.

Portanto, é preciso considerar um novo sentido de ignorância na chamada sociedade do conhecimento ou sociedade da informação. O romantismo e a ingenuidade presentes na escola e na universidade precisam levar em conta a nova realidade dos alunos e dos professores descomprometidos com o conhecimento.



O direito de estudar em paz

No período da ditadura militar, alguns professores acovardados ou simpáticos à repressão vigente, lançavam um olhar de desconfiança para os alunos com algum grau de politização. Era inevitável eu não confrontar as aulas politicamente corretas de história, geografia, estudos sociais, com os noticiários não censurados das rádios BBC-Londres, Central de Moscou, *Deutsche Welle*/Alemanha, entre outras,

todas transmitidas em português, em ondas curtas. Os alunos críticos ou “subversivos” (esta palavra foi muito usada na época para estigmatizar os sujeitos que não abdicaram de pensar sobre a realidade política) não eram bem vistos na escola pública que estudei no interior paulista.

Carregando um pouco nas tintas, hoje, depois de ver o filme sobre Hannah Arendt (2014), eu diria que alguns

professores certamente aprenderam com a ditadura militar “não-pensar” a realidade. Em vez de serem professores-pensantes, antenados com os acontecimentos e críticos, eles se tornaram professores alienados, conformados com a situação política e social da época. Alguns até ousavam defender o regime de exceção, ora louvando seus feitos e bravatas, ora justificando que era melhor a ditadura do que o comunismo, etc.

Tal como Eichmann analisado por Arendt, aqueles professores não eram pessoas más, mas se limitavam a cumprir as ordens do regime militar-civil, ou seja, eles ensinavam os conteúdos do currículo de modo acrítico ou favorável à ideologia dominante. Alguns se encaixavam no perfil docente para ensinar as novas disciplinas do regime de exceção: OSPB (Organização Social e Política Brasileira) ou Estudos Sociais, e assim terminavam contribuindo para a alienação e a manutenção do regime ditatorial. Por isso, hoje é mais correto dizer regime civil-militar, pois muitos civis sustentaram a ditadura, por meio de dispositivos ideológicos.

Todavia, hoje em pleno regime democrático, ainda reconhecemos professores atrofiados na capacidade de pensar o “todo” e de fazer “autocrítica”, principalmente aqueles que sofrem da “empatia de um olho só”³. Ainda temos professores que ousam defender a ditadura – como aconteceu numa importante universidade de São Paulo, como acontece com outros que estigmatizam a democracia como “burguesa”.

³ “Empatia de um olho só” é a tendência de pessoas e grupos de somente sentir compaixão por uma segunda vítima, e não sentir empatia e recusar pensar na primeira vítima.

A obrigatoriedade da escola de oito anos

Ora, foi justamente no início da década de 1970 – considerado o pior período da ditadura – que se ampliou a obrigatoriedade de quatro para oito anos levar as crianças para estudar na escola. A LDB 5692/1971 denominou de Primeiro Grau, eliminou o famigerado exame de admissão, portanto, democratizou o acesso à escola pública. Dois anos antes desta Lei, o estado de São Paulo fez experimentação nessa direção da obrigatoriedade do “ensino de oito anos”, que teve como atuante o professor José Mario Pires Azanha, da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP) (LIMA, 2005).

Muitos pais se queixavam da longa permanência dos filhos na escola. Curiosamente, alguns intelectuais também foram contra os oito anos de escola talvez por ser uma imposição do governo federal antidemocrático, mas que divulgava praticar uma democracia relativa.

Com o avanço do regime democrático continuou em vigor a imposição de o aluno brasileiro ser obrigado ir à escola pelo menos oito anos, para estudar, fazer tarefas, aprender o básico do currículo. A nova LDBEN 9394, de 1996, denominada Lei Darcy Ribeiro contribuiu com avanços significativos para o ensino escolar, mas ela não garante o direito do aluno estudar em paz em sala de aula. Noutros temos, a escola pública não garante ao professor/a o silêncio e atenção adequados dos alunos para acompanhar as explicações e participar dos debates. Existe a obrigação legal de ir à escola; parece subentender que o aluno não precisa amar a escola, nem gostar das matérias, nem dos professores, mas deve cumprir com o mínimo exigido pelo processo de ensino e aprendizagem

para passar de ano. Com a medida controvérsida da “progressão continuada”, que no fundo é aprovação automática, surge um novo interesse ideológico sustentado por concepções não testadas: todo aluno tem direito a passar de ano. Cabe à escola patrocinar aulas extras de reforço ou revisão do conteúdo. Em Infância, de Graciliano Ramos, o aluno se acha com “juízo fraco” [sic] para aprender as coisas da escola. Mas ele termina aprendendo com um rábula lendo literatura e ensaiando alguns versos.

O desinteresse para aprender do aluno é decorrente de a “escola ser chata”, de “ela reproduz violência simbólica”, “de ela ensinar coisas que não servem pra

nada”, “não usar meios eletrônicos para dinamizar as aulas”, etc. Recentemente ouvi de um colega de universidade chamar nosso ensino de “escolástico”. Prefiro o termo ensino “bancário”, proposto por Paulo Freire, o aluno é passivo, reproduz a matéria, a aprendizagem é um ato mecânico de repetição e memorização. O ensino inovador, que supera a repetição e a memorização tem o poder libertário do aluno, no sentido de sua autonomia e cidadania.

Mas será que todos os alunos buscam um aprendizado libertador? E se alguns alunos tendem à cômoda condição de passivos, repetidores, memorizadores e dependentes do saber docente?

ECOS DA CPI



Chargeonline.com.br - © Copyright do autor

À guisa de conclusão: as contradições da nossa educação

1) Nossa escola convive com várias contradições que são pouco estudadas e debatidas, para além dos interesses políticos. Suspeitamos existir professores não afeitos a leitura, especialmente à literatura, que

como sabemos é um caminho para desenvolver a cultura do docente. Também suspeitamos que um número significativo de professores não são bem informados, e não se sentem suficientemente preparados para pensar a realidade geral, ou seja, nossos professores não estão sintonizados para pensar a

realidade global. O que fazer para reverter esta situação de miséria intelectual docente?

Penso que o Programa de Desenvolvimento Educacional – criado no Governo Requião, representa um avanço significativo na formação continuada dos professores. Não cabe, aqui, discutir os pormenores do PDE, mas sim reconhecer que o próprio esteve direcionado tanto para corrigir eventuais falhas da formação original e da formação neoliberal do governo anterior. Ainda, a filosofia do PDE parecia direcionada para desenvolver uma atitude quase-culta necessária ao ofício docente. Mas aonde adquirir tal cultura? Na universidade, cujo formato é o especialismo e o produtivismo?

2) Por um lado, os professores se queixam sobre a falta de limites dos alunos, denunciam a desresponsabilidade dos pais para com os filhos, que são “empurrados” para a escola educá-los. Por outro lado, o discurso psicológico e pedagógico tende a não corrigir alunos mal educados por suas famílias permissivas e negligentes. O mesmo discurso pedagógico e psicológico termina favorecendo o aluno [mal] educado sintonizado com a sociedade liberal-permissiva, onde o sujeito é regido pelo superego pós-moderno (ZIZEK, 1999). Neste cenário, o professor deixa de ser autoridade com saber-e-poder de civilizar o aluno, para ser apenas ser

“mediador” de conhecimentos supostamente válidos.

3) Os pais de nossa época fazem tudo para gratificar os desejos das crianças, com mimos e omissões educativas. Raros são os pais atualmente preparados para conduzir o trabalho educativo. Trabalho este que exige dedicação e esforço de sustentar a palavra, por exemplo, para regar o tempo de exposição dos filhos aos videogames. Acontece que são os pais hoje que se submetem aos filhos. Esta inversão de papéis é a primeira vez que acontece na história da civilização. São pais que não conseguem disciplinar os filhos para o estudo, para uma boa e variada alimentação natural, e para o convívio social civilizado. A criança é criada e não educada. Somente criadas, como elas vão conviver com as regras da escola? No futuro como elas enfrentarão o mundo dos adultos? Convenhamos, muitos alunos hoje passam por cima das regras de convivência social, por exemplo, não sabem cumprimentar, nem pedem desculpas pelo erro cometido, falta-lhes empatia para com os diferentes de seu grupo social.

Para concluir recorro ao professor da Faculdade de Educação da USP, José Sérgio Fonseca de Carvalho, que, comentando sobre a importância da escola, escreve: “é claro que a escola pode nos ser muito útil: nela aprendemos coisas que supostamente podem ser proveitosas para nós, para a sociedade em que nos inserimos

ou para ambos”. Mas é preciso enfrentar o fato: nem todos se adaptam à cultura escolar. Nem todos são podem ser civilizados na escola. Convenhamos, muitos alunos hoje gostam mesmo é de ficar em casa, dormindo ou jogando videogame em vez da marcha forçada de ir à escola, para estudar assuntos chatos ou considerados não necessários para a vida. Mas a vida em sociedade é constituída “para além do princípio do prazer” alertava Freud. Parece que a obrigatoriedade de ir à escola e aprender os conteúdos do currículo se tornou um imperativo categórico da civilização. Mas e o direito à ignorância?

Referências

AQUINO, J. G. A desordem na relação professor-aluno: indisciplina, moralidade e conhecimento. In: **Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1996.

ARENDDT, Hannah. **Filme** dirigido por Margarethe Von Trotta, Alemanha/França, 2013 [foi lançado no Brasil em 2014].



* **RAYMUNDO DE LIMA** é professor do Departamento de Fundamentos da Educação (DFE/UEM) e Doutor em Educação (USP).

CARVALHO, José Sérgio Fonseca. Sobre os fins e os meios de por que irmos à escola. **Rev. Educação**, edição 195, julho/2013.

CASTRO, Claudio Moura. Bagunça tóxica. **Veja**, 08/01/2014.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: Uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, v I e II.

LA TAYLLE, Yves. A indisciplina e o sentimento de vergonha. In: AQUINO, J.G. **Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1996.

LIMA, Raymundo de. **A educação no Brasil: o pensamento e atuação de José Mário Pires Azanha**. 2005. 296 f. Tese (Doutorado em Educação), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

LIMA, Raymundo. *Sobre a ignorância na sociedade contemporânea: formas e efeitos*. **Espaço Acadêmico**, maio/2011. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspaçoAcademico/article/viewFile/13219/6966>>

MEU MESTRE, MINHA VIDA (*Lean on Me*). Direção: John G. Avildsen, EUA, 1989.

MRECH, Leny. **Psicanálise e educação: novos operadores de leitura**. São Paulo: Pioneira, 1999.

OLIVEIRA, Osmar N. O processo civilizador segundo Norbet Elias. IX ANGEP SUL, 2012. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/1342/56>>

O JARRO (Kromreh). Filme dirigido por Ebrahim Foruzesh. Irã, 1992.

O QUADRO NEGRO (Takhté Siah). Filme dirigido por Samira Makhmalbaf. Irã, 2000.

RAMOS, Graciliano. *Infância*. Rio: Record, s.d.

ŽIŽEK, Slavoj. O superego pós-moderno. In: **Folha de S. Paulo – Mais!** 23/ maio/ 1999: 5-8.